



## **TUTOR É PROFESSOR: A PROLETARIZAÇÃO DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Eixo-temático: Educação a Distância e Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação

Ricardo Max Lima Cavalcante  
Universidade Federal de Alagoas  
maxcavalcantephilos@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo busca reunir em uma única discussão dois temas muito discutidos na Educação: A proletarização ou precarização da profissão docente e a educação a distância, dando ênfase ao papel do (professor-)tutor da EAD e defender a tese que este profissional, mesmo nas suas atuais condições de trabalho deve ser considerado professor e questionar sobre estas condições que o colocam como um “bolsista” ao invés de um profissional que merece os mesmos direitos dos outros profissionais docentes, estas más de condições de trabalho são frutos do neoliberalismo e da atomização profissional do modelo taylorista de produção. Será utilizando uma abordagem crítica (filosófico-pedagógica) sobre o assunto para desmistificar a falsa ligação “necessária” presente no discurso do progressismo da técnica no qual afirma que o avanço tecnológico somado à educação trará somente consequências positivas para os (as) docentes e os (as) estudantes. Todavia, este avanço tecnológico será convertido somente em lucro para os donos dos meios tecnológicos das novas “empresas educacionais”, assim como acontece na indústria. Além da tese do tutor enquanto professor, também será defendida no decorrer do texto a tese de que a educação não deve servir aos interesses do Capital, isto é, uma ferramenta que visa o lucro, ao invés de buscar a emancipação humana.

**Palavras-chave:** Tutor 1. Educação a distância 2. Proletarização da profissão docente 3.

### **1 – INTRODUÇÃO**

Em um momento histórico em que a competitividade entre os indivíduos em busca de emprego aumenta, a educação se torna um fator importante dentro desta corrida diária, o que aumenta a procura de cursos de graduação e pós-graduação mais flexíveis no qual se adaptem a carga horária do proletário contemporâneo. Por este motivo, há um crescimento exponencial de cursos a distância (EAD) pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou por Instituições de



Ensino Superior (IES) particulares. Todavia, este modo de ver a educação somente como uma ferramenta para o trabalho em busca de dinheiro, e não a emancipação humana torna o trabalhador contemporâneo mais individualista (essencialmente burguês).

Com o advento do neoliberalismo, a redução do papel do Estado em políticas públicas abre espaço para a iniciativa privada tanto na educação como em outros serviços como a saúde, por exemplo. Com o aumento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas surgem as “franquias de ensino”<sup>1</sup>, que são nada mais nada menos que empresas que utilizam a educação como mercadoria e procuram atender uma demanda externa do mercado (OLIVEIRA; PASCHOALINO & ROCHA, 2011). Quando falamos desta maneira até parece que estamos falando de uma indústria, onde a mercadoria é a “educação” que não será utilizada em sua excelência, pois seu objetivo será somente o caminho para uma melhoria de vida; a força de trabalho será desapropriada do professor pelo burguês e a mercadoria produzida será comprada como qualquer outra de um supermercado: Pelo dinheiro.

Diferentemente da educação presencial que possui somente dois personagens no processo de ensino e de aprendizagem: O educador e o estudante, na educação a distância, além do professor conteudista e o estudante, existe o professor especialista e o tutor, este último será o indivíduo presente na “sala de aula virtual”. Segundo Fernandes (2006, p. 38): “Com o desenvolvimento das tecnologias a serviço da educação, dificilmente se terá professor com o vastíssimo conhecimento e com a atualização permanente, capaz de possibilitar a transmissão do saber científico aos alunos. O papel do tutor no ensino a distância, portanto, é conjugar os conhecimentos e capacidades dos professores para elaboração de um bom curso.”

O tutor deve possuir “uma formação específica na mesma área, podendo ser graduado, pós-graduado, pós-graduando ou aluno do curso de graduação ou especialização.” (idem), além de ter um domínio dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), como e-mails, chats, fóruns, moodle, etc. Isto é, o tutor será o acompanhante virtual dos estudantes, pois “O tutor é a figura mais próxima dos alunos e o relacionamento entre estes dois grupos é sempre

---

<sup>1</sup> Este modelo empresarial de instituição de ensino Oliveira; Paschoalino e Rocha (2011) irão chamar de gerencialismo muito presente nas grandes instituições privadas de ensino superior.



estruturado em um grau de afetividade bastante considerável” (RODRIGUES & ARAÚJO, 2012). Enquanto o professor conteudista será o criador de conteúdos do curso.

Como podemos ver há uma separação entre os que criam os conteúdos e os que aplicam estes conteúdos nos cursos EAD, enquanto na modalidade presencial não existe esta distinção. Mas então, porque o tutor não é (considerado) professor?

## 2 – O TUTOR

A tutoria na EAD deveria assumir o papel que a monitoria exerce dos cursos presenciais. Todavia, a atomização da profissão docente dentro da modalidade a distância faz com que o tutor cumpra papéis que não devem ser destinados a ele, por exemplo, correção de avaliações e atividades a pedido do professor conteudista ou da própria instituição que o contratou.

Segundo Fernandes (2006) o papel do tutor é: “[...] planejar as atividades do curso em conjunto com os docentes conteudistas. Coordenar e acompanhar as atividades dos alunos (lista de discussão, chat, agenda) e fornecer *feedback* para os docentes conteudistas sobre as atividades.”

Muitos autores ao discutirem a tutoria na EAD se atentam somente ao papel do tutor e a sua importância como se fossem manuais de práticas e de conduta destinados ao profissional, no entanto, não discutem os problemas da precarização do trabalho docente que antecedem até mesmo o surgimento da educação a distância, pois faz parte da relação antagônica entre a classe trabalhadora versus o Estado e o Capital, mas que com o aparecimento desta modalidade acabou se tornando também empecilho da mesma.

Os autores Souza; Spanhol; Limas; Cassol (2013) e Carvalho (2007) se preocuparam somente com a descrição do papel do tutor e com isso expõe somente os pontos positivos da tutoria para a EAD, e não as dificuldades profissionais e pessoais que o tutor terá que passar por estar numa posição de não ser um professor e também não ser um monitor, mas exercer atividades de um e com os poucos direitos do outro como veremos a seguir.



### 3 – PROLETARIZAÇÃO DOCENTE

Oliveira e Mercado (2010, p. 59) se baseando em Hypólito (1999, p. 87), afirmam que proletarização ou precarização como alguns autores preferem chamar é “a negação da profissionalização”, isto é, a perda de direitos trabalhistas como: Piso salarial, aperfeiçoamento profissional continuado, período de carga horária destinada a estudos, planejamento e avaliação, licença médica, licença maternidade etc. Direitos adquiridos pela classe docente por muita luta política e ideológica. Todavia, contraditoriamente, a profissionalização docente sempre está acompanhada com a sua proletarização e isso não é diferente na educação a distância.

Conforme Hypólito (1999) apud Oliveira e Mercado (2010), três processos contribuíram para a proletarização da docência: O mito do magistério como um trabalho intelectual e por isso distancia-se da identificação como classe trabalhadora; a feminização do magistério e o mito da atividade maternal. Esses fatores contribuem para a diminuição da qualidade dos cursos.

O sucateamento da educação que trás consigo a desvalorização do magistério fere tanto a educação presencial como afirma o relato do nosso professor entrevistado no artigo *Entrevista com um professor de Filosofia da rede pública de ensino do Estado de Alagoas* (CAVALCANTE, 2014, p. 03):

O [professor] entrevistado afirma que sempre que possível tenta fazer uma atividade diferenciada, mas problemas estruturais no ambiente escolar dificultam a realização das suas estratégias pedagógica, problemas como: falta de computadores, projetor, impressora, auditório e até mesmo o espaço das próprias salas de aula que comportam, na maioria das vezes, 40 (quarenta) ou até 50 (cinquenta) alunos.

Mas também fere o ensino a distância que torna a figura do tutor como um personagem indispensável do processo de ensino e de aprendizagem enquanto um gerenciador do *feedback* dos estudantes, mas a sua remuneração será uma “bolsa”, isto é, não terá nenhum vínculo empregatício com a instituição que o contratou (pública ou privada) e não terá



nenhum órgão sindical que garanta e defenda seus direitos, pois o tutor não é reconhecido como uma profissão, entretanto, este “profissional” exercerá as atividades de um professor, podendo ter sua carga horária ampliada na “sala de aula online”, além da obrigação de ter uma educação contínua para sempre se atualizar das ferramentas tecnológicas e ambientes virtuais virtuais.

Chamamos aqui de “sala de aula online” o tempo que o tutor utilizará para estar tirando dúvidas dos estudantes, não sendo registradas estas horas trabalhadas mesmo em ambiente domiciliar isto pode ser considerado uma das formas de precarização do profissional, pois ele estará trabalhando horas extras não pagas, sem contar com os problemas de saúde por consequência de longas jornadas de trabalho, pois o trabalho irá interferir na vida pessoal do tutor, ocupará horas de sono e de descanso, sem contar que dificultará que se tenha uma continuação da formação para oferecer aos estudantes melhores formas de aprendizagem, atualizações acerca de conteúdos, novos materiais etc.

Abreu e Landini (2003, p. 21) ao falar da proletarização docente dando ênfase no ensino público, mas que também se aplica à EAD afirmam:

Quanto mais a sociedade se complexifica, mais importante o papel da educação. Ao mesmo tempo, quanto mais o trabalho se subsume realmente à lógica do capital, mais ele se parcelariza, e *maior a distância entre planejamento e execução*. A escola tende a incorporar estes pressupostos administrativos e organizativos, não tanto pelo conteúdo do que ensina, mas muito mais pelos valores que transmite. Deste modo, como funcionário da escola pública [como nas IES], o professor se vê submetido aos organismos que pensam e planejam a educação, ao delegado de ensino, à direção, etc. e, *como trabalhador se submete ao poder exercido de cima para baixo*. Este quadro coloca o professor na posição de trabalhador que tem cerceada sua liberdade de trabalho, como *ser autônomo e criativo*. (ABREU; LANDINI, 2003, p. 21, grifo nosso).



A separação das tarefas entre os que elaboram o curso e os que aplicam na EAD – típico do modelo taylorista – desvaloriza o trabalho destes últimos. Esta concepção empresarial e capitalista está mais próxima de uma educação como uma ferramenta para o lucro como afirmamos no início do texto.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por isso, defendemos a tese de que o tutor é professor sim e deve ser representado pelas organizações políticas que compõe a classe docente e que tenham o direito de participar dos ambientes deliberativos para a melhoria do magistério como um todo e também lutar pelas suas exigências específicas, sendo uma delas o fim da invasão do espaço de trabalho na vida domiciliar do tutor que acompanha as atividades dos estudantes, interagir nos fóruns de discussão, responder dúvidas etc. Atividades profissionais que ampliam a carga horária do trabalhador e que não recebem a remuneração condizente, podendo trazer malefícios a saúde do docente retomando o que foi explícito acima. (Oliveira e Mercado, 2010).<sup>2</sup>

A crítica esboçada neste artigo não defende o fim da educação a distância, caracterizando-se como uma posição conservadora diante do avanço tecnológico a serviço da educação (e da humanidade); mas sim uma crítica construtiva para a melhoria desta nova modalidade que está a se constituir – infelizmente – a partir de um modelo empresarial de ensino assim como aconteceu na modalidade presencial, pelo visto, os importantes trabalhos sobre história e precarização da profissão docente no Brasil não foi levado em consideração no processo de consolidação da EAD, visando o aumento da produção e da produtividade aumentando a divisão social do trabalho docente, criando assim um desligamento daquilo que é construído na teoria pelos professores conteudista e especialista daquilo que é construído na prática pelo professor tutor. Entretanto, o discurso moderno e progressista de que o ensino a distância se baseia numa educação construtivista e que a relação entre os agentes não é unidirecional e autoritária como na educação presencial (um-todos), e sim horizontal em

<sup>2</sup> Esta intensificação do trabalho beneficia somente uma classe: A detentora dos meios de produção, neste caso a detentora de várias tecnologias da educação que estão a serviço da exploração capitalista (Mill, 2006 *apud* Oliveira e Mercado, 2010).



fóruns de discussão (todos-todos) e a vantagem da flexibilidade de tempo (e de espaço) para estudantes que são trabalhadores acaba velando os problemas expostos no texto ou fazendo com que eles sejam discutidos de forma secundária. Cabe a nós: Professores, licenciandos e/ou pedagogos preocupados com a educação presencial ou online e a profissionalização docente adentrar as camadas aparentes da realidade e do discurso predominante, não enganar-se com aquilo que Karel Kosik (1976) chama de pseudoconcreticidade e nos preocuparmos com as verdadeiras causas, isto é, diagnosticar estes problemas e por fim buscar soluções. Por isso, a filosofia e as ciências humanas exercem um papel importante quando voltadas à educação presencial, online ou não-institucional, pois nos ajudam a buscar as causas dos problemas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, C.; LANDINI, S. Trabalho docente: A dinâmica entre formação, profissionalização e proletarização na constituição da identidade. **Quaestio: Revista de estudos em educação**. Sorocaba, SP, v. 01, n. 01, p. 17-26, maio 2013.

CARVALHO, A. Os múltiplos papéis do professor em educação a distância: Uma abordagem centrada na aprendizagem. *In: 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – EPENN*. Maceió, 2007.

CAVALCANTE, R. Entrevista com um professor de Filosofia da rede pública de ensino do estado de alagoas. *In: Anais da 3ª Semana Internacional de Pedagogia da UFAL e VII Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas – EPEAL*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2014. ISSN: 1981 – 3031. Disponível em: <<http://epeal2014.dmd2.webfactional.com/trabalhos-identificado/1325-EN-com.pdf>>. Acesso em 17 abril 2014.

FERNANDES, G. **Módulo I: Introdução a educação a distância**. Piauí, 2006. 124 p.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 250 p.

OLIVEIRA, C; MERCADO, L. MACHADO, G. (org.). **Educação e Ciberespaço: Estudos, propostas e desafios**. Aracaju, SE: Virtus, 2010. p. 54-79.

OLIVEIRA, M.; PASCHOALINO, J.; ROCHA, T. **Políticas para o Ensino Superior: Profissionalização ou proletarização dos trabalhadores docentes?**. Belo Horizonte, MG, v.20, n. 2, p. 77-89, mai./ago. 2011.



RODRIGUES, S.H.; ARAÚJO, V. (ORG.). **Explorando o Universo da educação à distância**: Textos colaborativos e elaborados durante o curso: Explorando o Universo a educação à distância. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. 74 p.

SOUZA, C. et al. **Tutoria na Educação a distância**. Salvador- BA, 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-tc-c2.htm>>. Acesso em: 17 abril 2014.